



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007801-42.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**
 Requerente: **Paula Fernanda Saidel**
 Requerido: **Amilton Fabricio - Me.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Paula Fernanda Saidel ajuizou declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais contra **Amilton Fabrício - ME**, alegando, em síntese, que em janeiro de 2016 contratou os serviços do réu, para instalação de móveis planejados, pelo valor de R\$ 7.750,00. Ocorre que o prazo de entrega não foi atendido e, depois de vários contatos não exitosos, houve distrato verbal, tendo a autora recebido informação de que os valores pagos seriam restituídos, o que não se deu, entretanto, conforme combinado. Foram emitidos e entregues ao réu cinco cheques. Os móveis não foram retirados pelo réu da casa da autora. Informa que parte dos cheques foram devolvidos, no valor de R\$ 4.125,00. Deduz pedido também de indenização por danos morais, no valor de R\$ 15.000,00, por ofensa aos direitos da personalidade. Pede ao final a devolução dos cheques, a declaração de inexistência de relação jurídica e o pagamento de indenização por danos morais. Juntou documentos.

O réu foi citado e não apresentou resposta no prazo legal, incorrendo em revelia. A autora pediu o julgamento da lide no estado em que se encontra.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, incisos I e II, do Código de Processo Civil, pois o réu, embora citado, deixou de apresentar resposta no prazo legal, incorrendo em revelia.

O pedido deve ser julgado procedente.

Para além da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, uma



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vez que a lide versa sobre direito patrimonial, que é disponível, cumpre observar que se trata de contrato verbal para instalação de móveis em residência.

Logo, à falta de contrato escrito, os documentos que instruem o pedido demonstram a existência da relação contratual. Logo, não se trata, a rigor, de declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes, como postulado, justamente porque há contrato, mas sim de declaração de inexistência de débito da autora, não se justificando, assim, que o réu permaneça com os cheques dados em pagamento.

Nota-se, a respeito, conforme documento apresentado, que o réu devolveu apenas três cheques, números 000051 a 000053, todos no valor de R\$ 1.125,00. Por isso, à luz do quanto informado na inicial, cabe impor a devolução de dois outros, de números 000049 e 000050, nos valores respectivos de R\$ 3.000,00 e R\$ 1.125,00. Em caso de não devolução dos cheques, descabe imposição de multa, e a obrigação será resolvida em perdas e danos, na fase de cumprimento de sentença.

Por fim, acolhe-se o pedido de indenização por danos morais. Isto porque não se trata apenas de inadimplemento contratual. A autora almejava a instalação de móveis planejados e o réu, sem razão conhecida, deixou de cumprir o avençado, dando ensejo a sucessivos adiamentos. Ao final, depois de procurar o Procon, a consumidora também não obteve êxito. Ainda, ele está de posse dos cheques, o que gera temores sobre possíveis repasses indevidos. Por fim, segundo a autora, os móveis não foram retirados, estão na casa dela, à espera da iniciativa do réu, o que efetivamente implica transtornos concretos e recorrentes.

Para a autora, levando-se em consideração essas circunstâncias, e considerando-se que a compensação pela ofensa irrogada não deve ser fonte de enriquecimento para quem recebe, nem causa da ruína para quem dá, fixa-se a indenização em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), valor que se reputa suficiente para que compense a ofendida e, ao mesmo tempo, desestimule o réu a agir de forma semelhante com outros consumidores em condições análogas.

Em ação de indenização por danos morais, a condenação em montante inferior não implica sucumbência recíproca. A correção monetária deve incidir desde a data do arbitramento, e os juros moratórios, tratando-se de descumprimento de contrato verbal,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

devem fluir a partir da citação.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido para: a) declarar a inexistência de débito da autora; b) impor ao réu obrigação de devolver dois cheques recebidos pelo contrato rescindido, números 000049 e 000050, nos valores respectivos de R\$ 3.000,00 e R\$ 1.125,00; b) condenar o réu a pagar à autora, a título de indenização por danos morais, R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária, utilizada a tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar deste arbitramento, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação.**

Condeno o réu ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação por danos morais, quantia que está em consonância com o artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 07 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**